

SOCIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO (1954 - 1964)¹

Tatiana Gomes MARTINS²

■ **RESUMO:** Este trabalho procura destacar como a questão do *desenvolvimento* brasileiro, nos anos 1950 e 1960, foi capítulo fundamental dos “consensos e controvérsias” do Pensamento Social no Brasil. O objetivo principal consiste em analisar o modo particular de inserção da Sociologia Brasileira nos debates característicos do período desenvolvimentista. Com isso, busca-se resgatar os principais temas que constituíram as bases de uma Sociologia do Desenvolvimento e relacioná-los a um universo amplo de discussões sobre o processo de modernização brasileiro.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia do desenvolvimento. Sociologia brasileira. Mudança social. Desenvolvimento nacional.

Em meados dos anos 1950, as atenções estavam voltadas para as portas do progresso. Eram os tempos das promessas de avançar 50 anos em apenas 5, do desenvolvimento da indústria, que começava a superar a predominância agrícola na economia do país, e dos horizontes inspirados pelo modo de vida dos países considerados desenvolvidos. Diante de tais possibilidades, o discurso econômico se apresentava como aquele capaz de satisfazer as expectativas teóricas e práticas levantadas por esse contexto, seja porque respondia às demandas de compreensão do processo de desenvolvimento industrial e capitalista brasileiro em curso pela natureza de seu objeto de estudo, ou por ser área privilegiada de intervenção estatal, sobretudo na década de 1950. Por isso, temas como *crescimento econômico/desenvolvimento econômico, planejamento econômico, subdesenvolvimento, pleno emprego, substituição de importações, Divisão Internacional do Trabalho, deteriorização dos termos de troca, centro/periferia* que compunham o léxico econômico tornam-se referência para as interpretações sobre a realidade

¹ Este texto resulta de uma pesquisa financiada pela FAPESP.

² Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. Campinas –SP – Brasil. 13083-896 – tati_gomes@yahoo.com.br

brasileira do período (BIELSCHOWSKY, 2004). Contudo, a análise sobre o desenvolvimento brasileiro não foi uma exclusividade do pensamento econômico. Nesse momento, as ciências sociais, em especial a Sociologia, se debruçaram sobre a problemática do desenvolvimento brasileiro, enfrentando de forma particular a questão nacional do Brasil de meados do século XX. Nesse sentido, é possível associar aqueles temas aos que compuseram as discussões específicas nas Ciências Sociais, tais como *mudança social, atraso/moderno, desenvolvimento social, planejamento social, reforma social, crise, revolução social, imperialismo, nação, alienação, transplantação*.

O cenário que envolve essas discussões é fruto de uma série de transformações vivenciadas no Brasil a partir de meados dos anos 1950. Em primeiro lugar, figura a industrialização como elemento chave de caracterização das transformações no âmbito da economia brasileira. Pois, apesar de ser um processo impulsionado já desde os anos 1930, a industrialização passa a ser a atividade principal da economia brasileira nos anos 1950 (BAER, 1996). Ao lado dessas alterações no caráter da economia brasileira que compõem um novo quadro das atividades produtivas, mudanças no estilo de vida da população brasileira tornam-se evidentes. Somado à industrialização, o fenômeno da urbanização traz consigo novas formas de sociabilidade contando com a emergência das personagens que passam a constituir as forças sociais emergentes, ou seja, o proletariado, o empresariado e as classes médias. Em conjunto com as transformações na esfera econômica, essas tendências modernizadoras e essa nova composição social adquirem maior vitalidade e importância na formação da sociedade moderna capitalista brasileira, apresentando-se como padrão superior e desejável entre os setores progressistas³. Dessa forma, a vida nas cidades e o estilo de vida dos países de capitalismo avançado tornam-se atrativos intensificando os processos migração campo/cidade e o “efeito demonstração”⁴. Não obstante, essa tendência não se exprime apenas no âmbito das escolhas individuais. No Estado, as medidas de planejamento econômico demonstram que o caminho da industrialização é eleito como alternativa viável de possibilitar o desenvolvimento da economia brasileira, mesmo que alcançada no jogo das negociações com forças ligadas ao

³ Nos anos 1950, o argumento que defendia a manutenção da estrutura agrário-exportadora brasileira, contrário à industrialização ou pouco afeito a medidas estatais para seu desenvolvimento, estava presente na linha liberal-conservadora do pensamento brasileiro (BIELSCHOWSKY, 2004).

⁴ Para maior detalhamento das transformações vivenciadas pelos brasileiros nos anos 1950 e 1960 consultar Mello; Novais, 1988.

setor agrário-exportador (BAER, 1996; IANNI, 1975). No plano internacional, há também alterações fundamentais que definiram uma nova configuração das relações internacionais após fim da II Guerra Mundial (HOBSBAWM, 2005).

Mesmo que sintético, esse quadro indica os principais aspectos que envolvem o contexto das discussões sobre o desenvolvimento e que influenciaram a definição dos temas enfrentados por nossos cientistas sociais. Uma das formas de se caracterizar esse enfrentamento é distinguir as interpretações que procuravam identificar e compreender o desenvolvimento da sociedade brasileira em termos de tendências e obstáculos. Dessa forma, põem-se em evidência os argumentos progressistas e os diagnósticos sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro. São idéias que circulam nas páginas de publicações vinculadas a institutos de pesquisa, universidades e, também, a orientações político-partidárias, tais como o Boletim do CLAPCS (Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências sociais), a revista América Latina, Revista Brasileira de Ciências Sociais, a Revista Brasiliense e a Revista Estudos Sociais⁵. Tomadas em conjunto, essas idéias representam um contexto intelectual característico que envolve relações entre a conjuntura e as interpretações particulares dos autores, e os diálogos e debates enfrentados por eles⁶. Dessa forma, as teses relativas às tendências e aos obstáculos ao desenvolvimento brasileiro permitem a reconstrução de uma ambiência cuja pauta expressa o interesse em responder às demandas de interpretação da realidade brasileira dos anos 1950 por meio de noções como as de *mudança social, integração social, racionalização, secularização, técnica social, transplantação, dualismo, especificidade nacional, imperialismo, colonialismo, fase de transição*.

As interpretações que problematizavam as tendências e os obstáculos ao desenvolvimento buscavam referenciais teóricos para fundamentar a reconstrução e a análise dessa realidade. Por isso, o reconhecimento das diferentes teses passa pela identificação da maneira pela qual a problemática do desenvolvimento é traçada e trabalhada com o intuito de atingir aqueles objetivos interpretativos. Dentre as diversas orientações metodológicas, três merecem destaque por

⁵ Para maior aprofundamento sobre a presença dos temas nas revistas citadas consultar: Arias (2003); Arruda (1989), Lima (1986), Limongi (1987) e Oliveira (2005).

⁶ A proposta de reconstrução do contexto intelectual e linguístico para a compreensão dos escritos de um autor está presente em Pocock (2001) e em Skinner (2000, 1996).

aglutinarem interpretações importantes do período, ou seja, o *Existencialismo*, que permeou as interpretações produzidas no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) nos anos 1950, o *Estrutural-funcionalismo*, que influenciou as análises em torno das questões da *mudança social* e das *resistências à mudança*, identificadas nos trabalhos vinculados à Cadeira de Sociologia I e no Seminário organizado pelo CLAPCS (1960), e o *Marxismo* que teve feição bastante característica na esquerda nesses anos. No primeiro caso, a análise do desenvolvimento brasileiro gravita em torno da idéia de *nação* que passa a ser caracterizada a partir das noções de *dependência* e de *autonomia*. É aqui que figuram as categorias existencialistas que permitiam aos autores isebianos interpretar a *nação* como um *sujeito* e a dependência e o subdesenvolvimento enquanto ausência de *consciência nacional*. Não por acaso a noção de *alienação* torna-se central na definição do subdesenvolvimento brasileiro permeando outros conceitos com os de *fase de desenvolvimento*, *heteronomia*, *mimetismo*, *transplantação* e *dependência*⁷. É preciso lembrar que o Existencialismo era uma influência marcante da Filosofia francesa pós-Segunda Guerra (DOSSE, 1993).

No segundo caso, em que se percebe a aproximação com o estrutural-funcionalismo, as análises lançam mão dos conceitos de *sistema social*, *integração social*, *sociedade tradicional*, *sociedade moderna*, *sociedade industrial* ou *capitalista* que procuram abarcar a totalidade social, e das noções de *função social*, *secularização* e *racionalização* como porta de entrada para análise da problemática da mudança social. Neste último aspecto, nota-se a identificação de um dos elementos que compõem a organização social como catalisador do processo de alteração da estrutura colocando em relevo os processos de secularização e de racionalização⁸, quando é valorizada a dimensão cultural, e a industrialização, quando a economia adquire papel central. Não se pode deixar de mencionar que os anos 1950 constituem não só um momento de fortalecimento do Estruturalismo nas ciências sociais, mas também que são caracterizados pela influência, na América Latina, do estruturalismo cepalino que contou com a contribuição do economista brasileiro Celso Furtado⁹. Se, de um lado, essa influência é marcante nas interpretações que

⁷ Essa tendência não inclui as interpretações de Nelson Werneck Sodré (TOLEDO, 1997; 1998).

⁸ Nesse caso, apresenta-se também a influência de Weber (1996).

⁹ Para maior detalhamento sobre essa contribuição consultar Love (2001).

privilegiavam ou incorporavam a análise econômica, e nesse caso, também se incluem algumas teses no ISEB, de outro, a compreensão da centralidade dos processos de secularização e racionalização no processo de mudança social pode ser identificada em teses apresentadas no Seminário *Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*, organizado pelo CLAPCS em 1959 e que é considerado um marco da interpretação do desenvolvimento nas ciências sociais (VILLAS BOAS, 2006)

Finalmente, outra referência metodológica para a análise do desenvolvimento no pensamento social brasileiro de cunho progressista é o Marxismo. Os diálogos e incorporações, nesse caso, acompanharam as ingerências do marxismo soviético, principalmente o movimento de revisão impulsionado pela crise do Stalinismo (HOBSBAWM, 1989). Nesse caso, as questões levantadas acerca da proeminência da URSS e do Partido Comunista da União Soviética como modelo de Revolução Socialista e de prática revolucionária abrem as portas para novas formas de problematização do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, sobretudo no que dizem respeito à identificação e compreensão da especificidade histórica dos países de passado colonial. Nesse debate são colocados os problemas da caracterização desse passado, se feudal ou capitalista, da análise dos obstáculos ao desenvolvimento capitalista, da questão nacional e da questão agrária (HOBSBAWM, 1989). São temas e abordagens cuja relevância se verifica na permeabilidade que adquirem no contexto do auge do desenvolvimentismo, na segunda metade dos anos 1950 e na conjuntura de crise que se instaura na virada da década de 1960 até 1964. Nesse quadro de renovação e crítica das teses desenvolvimentistas se observa uma tendência de fortalecimento do discurso marxista e de incorporação de temas candentes no cenário político da época como os referentes aos *movimentos sociais* e as *reformas de base*.

Identificadas essas orientações metodológicas, torna-se possível reconhecer aproximações, filiações e contrapontos nas teses que circulavam em torno da análise das tendências e dos obstáculos ao desenvolvimento. Na primeira ordem de questões, colocam-se a caracterização dos processos de mudança social e a definição dos critérios de identificação e análise do desenvolvimento. Dentre as teses que transitavam no ISEB, observa-se a comunhão de alguns conceitos e teses que passam

o compor um léxico bastante característico. Em se tratando da identificação das tendências de desenvolvimento da sociedade brasileira, a esfera econômica destaca-se como aspecto fundamental das interpretações, relacionando-se diretamente com uma ideia de *nação* que, como já indicado, se fundamenta em princípios existencialistas. Essas duas dimensões, uma que define as bases materiais do desenvolvimento e outra que destaca o ponto de vista humanista da análise, dão os contornos da maneira pela qual autores como Guerreiro Ramos (1958), Hélio Jaguaribe (1958), Ignácio Rangel (1957) e Roland Corbisier (1959) vão compreender o contexto brasileiro dos anos 1950 enquanto *fase de transição* para o desenvolvimento. De maneira geral, o que está em jogo, para identificação das tendências de desenvolvimento na sociedade brasileira, é o reconhecimento dos fatores associados ao desenvolvimento econômico e à industrialização, sem contudo, abrir mão daqueles diretamente relacionados à perspectiva nacionalista cujos argumentos são, em geral, relacionados à idéia de emancipação nacional. Nesse caso, eles compõem o rol das tendências de desenvolvimento identificadas com a emergência de uma consciência crítica nacionalista e com o aumento da autonomia cultural e econômica do país. Esses argumentos se associam largamente ao salto qualitativo e quantitativo realizado pela economia brasileira na segunda metade da década de 1950 que colocou em destaque o processo de substituição de importações e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Nas interpretações que têm como referência a perspectiva estruturalista e funcionalista nas ciências sociais, o processo de industrialização aparece como fator importante, mas não central na caracterização da realidade brasileira de meados do século XX. O que aparece como foco de representação das transformações ocorridas no Brasil nesse período é a intensificação dos processos de *secularização* e *racionalização*. Além de definirem os quadros da mudança social nos quais os autores pautam suas análises, esses processos se associavam aos parâmetros de *integração social* levantados. Nesse sentido, a idéia de uma sociedade desenvolvida e integrada estava vinculada ao pressuposto da expansão dos valores racionais em todas as esferas da vida social. São esses os critérios observados nas participações de Florestan Fernandes (1960), Gino Germani (1960), Octávio Ianni (1960) e Fernando Henrique Cardoso (1960) no Seminário do CLAPCS. Os autores procuram analisar a

extensão do comportamento racional entre os principais agentes do processo de constituição do capitalismo brasileiro. Mesmo sendo esse um momento de transição entre a predominância da perspectiva funcionalista e o movimento de revisão crítica – que acompanhava o contexto de crise política, econômica e intelectual do início dos anos 1960 e que inaugurava novas tendências interpretativas – o enfoque sobre a dimensão sócio-cultural das interpretações ainda se mostra bastante marcante. Essa porta de entrada para o enfrentamento das transformações em curso na sociedade brasileira não deixa de expressar a mesma percepção de inexorabilidade da tendência capitalista brasileira, mesmo que entendida como modernização brasileira.

Em contrapartida às interpretações que valorizavam os indícios de industrialização e de modernização na sociedade brasileira se colocavam os diagnósticos que evidenciavam os limites desses processos. Esses diagnósticos, por sua vez, problematizavam tanto a maneira pela qual o desenvolvimento nos chamados países subdesenvolvidos se afastava dos modelos clássicos de desenvolvimento do capitalismo e de modernidade, quanto as disparidades que criava nessas sociedades. Nesse cenário em que se observam indicativos de um processo acelerado de desenvolvimento urbano-industrial convivendo com elementos de conservação da sociedade agrário-exportadora tradicional, tornam-se bastante características interpretações que, ao inserirem esses dois aspectos na reconstrução da totalidade analisada, expressam uma visão dualista da realidade brasileira. Essa perspectiva permeou de forma significativa as interpretações produzidas durante o auge e a crise do desenvolvimentismo, divulgando a imagem de um país bipartido na qual se podiam observar duas realidades antagônicas e coexistentes. Um dos grandes representantes dessa perspectiva teve participação ativa no Seminário do CLAPCS. Jaques Lambert¹⁰ apresenta o dualismo que, segundo ele, dividia o Brasil em dois, um evoluído e outro atrasado, como fonte dos obstáculos ao desenvolvimento encontrados na realidade brasileira. De maneira geral, contudo, o caráter dualista das contribuições no Seminário consistiu na identificação dos descompassos de ritmo de desenvolvimento, em especial, aqueles referentes à dimensão sócio-cultural. O diagnóstico encontrado nessa ambiência concluiu que, ao lado das transformações apontadas como tendências ao

¹⁰ Vale lembrar que Lambert é autor de um dos clássicos da visão dualista intitulado *Os dois Brasis* (1959).

desenvolvimento, como a *industrialização*, a *urbanização* e, em especial, a *racionalização*, concorriam fatores que exprimiam a preservação de valores, comportamentos e interesses retrógrados relativos ao modelo de sociedade tradicional. Essa seria a chave da compreensão do caráter desintegrado e heterogêneo do desenvolvimento brasileiro que, além de ser definida como o objetivo do Seminário por Pinto (1960), pode ser observada nas apresentações de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Gino Germani.

No ISEB, as teses de Jaques Lambert também tiveram grande repercussão, no entanto, outra importante análise de cunho dualista foi produzida no interior do próprio Instituto. Trata-se do livro *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, de Ignácio Rangel, que identificava dois eixos da economia brasileira, um acionado pelas relações econômicas internas e outro pela dinâmica do capitalismo internacional. Essa influência perpassa as interpretações que no ISEB procuraram definir o caráter do subdesenvolvimento brasileiro tendo em vista as implicações internacionais na composição da realidade social e econômica brasileira. Desse modo, pode-se verificar a incorporação direta dessas teses nos trabalhos de Guerreiro Ramos (1956) e Roland Corbisier (1959), sobretudo no que dizem respeito à definição do caráter dependente da cultura brasileira.

Além desse ponto de vista dualista, que marcou fortemente as interpretações que procuraram lidar com o caráter desigual do desenvolvimento brasileiro, outras abordagens representaram o interesse em compreender essa especificidade. No Seminário, esse empenho se traduziu na proposta de analisar as *resistências à mudança* presentes em pontos considerados estratégicos para o avanço do desenvolvimento, como as comunidades tradicionais, a educação, as instituições sociais e os principais agentes do desenvolvimento. No ISEB, a especificidade que se configurava como barreira ao desenvolvimento da sociedade brasileira era o legado colonial. Essa idéia, que associava o *colonialismo* ao *subdesenvolvimento*, pode ser identificada nos trabalhos de Guerreiro Ramos (1956), Roland Corbisier, (1959) Hélio Jaguaribe (1958), Álvaro Vieira Pinto (1956) e Nelson Werneck Sodré (1958).

De maneira geral, essas investidas tratam da tensão entre *universalismo e particularismo*, ou entre *cosmopolitismo e nacionalismo*, própria da intelectualidade dos países de capitalismo tardio. Ainda que se aproximem das interpretações

de caráter estrutural-funcionalista do universalismo que lhe é característico, identifica-se a porta de entrada para a questão da especificidade do subdesenvolvimento, representada pelas análises dos fatores impeditivos do desenvolvimento instrumentalizadas pela incursão da história como auxiliar de investigação. De outro lado, as interpretações de cunho nacionalista, que prezavam pela particularidade nacional, não puderam escapar a um debate constante com os critérios internacionais de definição do desenvolvimento e ao reconhecimento dos fatores indicativos do desenvolvimento brasileiro.

As teses de maior evidência no período do auge do desenvolvimentismo, ou seja, na segunda metade da década de 1950, são colocadas em questão na conjuntura de revisão crítica do limiar dos anos 1960, configurando um novo momento de debate sobre a questão do desenvolvimento nas ciências sociais. Esse movimento se alimenta e é alimentado pelo contexto de crise vivenciado pela sociedade brasileira em vários planos. Na economia, os problemas tornam-se evidentes com o aumento da inflação e a diminuição dos índices de crescimento. Conseqüentemente, as disparidades sociais e regionais se acentuam, dando impulso a manifestações sociais e protestos que colocam na ordem do dia a exigência de reformas sociais. Somada a isso, a atmosfera de incertezas que cercava a campanha eleitoral que substituiria o governo Kubitschek e o clima de tensão política gerado pela renúncia e sucessão do presidente Jânio Quadros, intensificados, pela Campanha das Reformas de Base, contribuíam para o acirramento das diferenças político-sociais¹¹. No plano intelectual, o quadro de crise incidiu, principalmente, sobre as teses que fundamentavam o desenvolvimentismo, dando ensejo a propostas e alternativas de avaliação e condução do desenvolvimento brasileiro. Dessa ambiência, dois alvos de crítica merecem destaque: a política-econômica desenvolvimentista e o caráter tecnicista de análise do desenvolvimento. O primeiro é questionado quanto a sua capacidade de garantir o crescimento econômico, de democratizar os benefícios do desenvolvimento econômico e de dinamizar a autonomia econômica do país. Ao segundo, é direcionada a crítica aos limites da interpretação restrita aos índices de crescimento econômico para análise do desenvolvimento.

¹¹ Sobre as tensões nos diferentes planos consultar Baer (1996), Ianni (1975), Skidmore (1988).

É manifesto o objetivo do Seminário organizado pelo CLAPCS que procurava concorrer para uma reformulação dos critérios de interpretação do desenvolvimento brasileiro. A valorização da dimensão sócio-cultural na interpretação dos obstáculos ao desenvolvimento expressa a maneira pela qual os autores procuraram ampliar o debate sobre a questão. Como já indicado, foi esse ponto de vista que fundamentou a apreensão de tendências democráticas do desenvolvimento por meio do pressuposto da generalização dos valores racionais na composição social e dos obstáculos enquanto atraso cultural. Se, de um lado, essa perspectiva parecia ameaçada pelo quadro de revisão crítica, de outro, a percepção da manutenção do comportamento tradicional abria caminho para a interpretação dos limites impostos ao desempenho das classes sociais no que se refere à realização de seu destino histórico. Essa brecha expressa um momento de transição no qual se observa tanto o recurso de retomada da interpretação de caráter funcionalista como a incorporação do discurso marxista. Trata-se do início de um processo de vitalização do marxismo que progressivamente penetra nas interpretações sobre o Brasil e que se coaduna com a visibilidade que os problemas sociais adquirem em uma conjuntura de crise tal como os enfrentados pela realidade brasileira daqueles anos¹². Desse movimento resultaram: a incorporação do marxismo na academia, a abertura de novas perspectivas teóricas a partir da realização do Seminário d'O *Capital*, os resultados das pesquisas do Cesis (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) e a formulação da Teoria da Dependência, já a partir da segunda metade da década de 1960. (LAHUERTA, 2005)

Esse é um novo momento também no ISEB, referência do discurso nacional-desenvolvimentista, onde são frustradas as teses que associavam o desenvolvimento econômico à derrocada do imperialismo e à consolidação da autonomia nacional e que eram hegemônicas no Instituto na segunda metade dos anos 1950 (TOLEDO, 1997). No final da década, inicia-se o fortalecimento de uma vertente que procurava, se não completamente, pelo menos criticamente, se desvincular da orientação anterior na qual vigorava o nacional-desenvolvimentismo e realizar uma reavaliação do governo Kubitschek a partir da incorporação de outra forma de abordagem do marxismo, tal como observado em

¹² Para Lukács (1965), é nos momentos de crise que as tensões e conflitos se apresentam com maior clareza.

Wanderley Guilherme dos Santos (1963). Essa nova fase coincide, também, com a saída de Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos cuja produção, fora do Instituto, também se voltou para a crítica ao governo JK e aos critérios de definição do desenvolvimento. No caso de Guerreiro Ramos, a crítica ainda se volta ao marxismo e ao próprio ISEB.

O universo de discussões no qual as ciências sociais e a Sociologia se inserem no debate sobre o desenvolvimento brasileiro na segunda metade dos anos 1950 e no início da década de 1960 é marcado, portanto, pelas noções de *mudança social*, *atraso/moderno*, *desenvolvimento social*, *planejamento social*, *reforma social*, *crise*, *revolução social*, *imperialismo*, *nação*, *alienação*, *transplantação*. Por meio delas, as ciências sociais procuraram enfrentar os problemas fundamentais da sociedade brasileira do período. Essas idéias se aproximam das principais questões que se colocavam no âmbito da Economia como os índices de crescimento econômico, a substituição de importações, a remessa de lucros e o planejamento econômico (BIELSCHOWSKY, 2004). Nesse caso, também vale ressaltar a crítica aos princípios liberais presentes em ambas as esferas. Ao mesmo tempo, esses temas se relacionavam, de forma particular, ao alargamento dos processos de industrialização e de urbanização, à emergência e ao fortalecimento de novos atores sociais e das tensões correspondentes, à ampliação do papel do Estado, ao efeito demonstração, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dentre outros fatores que caracterizavam as profundas transformações da realidade brasileira dos anos 1950 e 1960. Com isso, criam-se as bases de uma Sociologia do Desenvolvimento em plena associação com os dilemas da sociedade brasileira de meados do século XX.

MARTINS, T. G. *Sociology and development (1954–1964). Perspectivas*, São Paulo, v.37, p.211-224, jan./jun. 2010.

■ **ABSTRACT:** *This paper aims to highlight how the Brazilian development issue, in the 1950s and 1960s, was a crucial chapter of the “consensus and controversies” of the Social Thought in Brazil. Its main objective is to analyze the particular insertion of Brazilian Sociology in the typical debates of the developmental period. This way, it is intended to rescue the main themes which formed the basis of Development Sociology and relate them to an ample universe of discussions about the Brazilian modernization process.*

■ **KEYWORDS:** *Development sociology. Brazilian sociology. Social change. National development.*

Referências

ARIAS, S. *A Revista Estudos Sociais e a experiência de um "marxismo criador"*. Campinas, 2003. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas2003.

ARRUDA, M. A. do N. *A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais*. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989, v.1. p.234-315.

BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARDOSO, F. H. *Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social*. *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.3, p.15-22, ago. 1960.

CORBISIER, R. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

DOSSE, F. *História do estruturalismo: o campo do signo – 1945-1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. v.1.

FERNANDES, F. *Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, 1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960. p.219-260.

GERMANI, G. *Secularización y desarrollo económico*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, 1959, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960. p.261-280.

HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. O marxismo hoje: um balaço aberto. In: _____. *História do marxismo: o marxismo hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v.11, p.13-66.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Dilema da burocratização no Brasil. *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.3, p.7-14, ago. 1960.

JAGUARIBE, H. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

LAHUERTA, M. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas*, São Paulo, v.28, p.157-186, 2005.

LAMBERT, J. *Os dois Brasís*. Rio de Janeiro, INEP, 1959.

LIMA, H. F. Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.179-192.

LIMONGI, F. P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.4, v.2, p.27-46, out. 1987.

LOVE, J. Furtado e o estruturalismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p.221-252.

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever? In: _____. *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.43-44.

MELLO, J. M. C. NOVAIS, F. A. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras. 1998. p.559-658. v.4.

OLIVEIRA, L. L. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, n.14, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1517-45222005000200006&ing=en&nrm=iso> Acesso em: 13 fev. 2009.

PINTO, Á. V. P. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

PINTO, L. A. C. Introdução. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, 1959, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960. p.5-11.

POCOCK, J. G. A. Historia intelectual: un estado del arte. *Prismas: revista de historia intelectual*, n.5, p.145-173, 2001.

RAMOS, G. A. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. A problemática da realidade brasileira. In: _____. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956. p.13-32.

RANGEL, I. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

SANTOS, W. G. dos. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKINNER, O. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas: revista de historia intelectual*, n.4, p.149-191, 2000.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SODRÉ, N. W. As classes sociais no Brasil. In: _____. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958. p.5-52.

TOLEDO, C. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998. p.245-274.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Ed da Unicamp, 1997.

VILLAS BOAS, G. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.